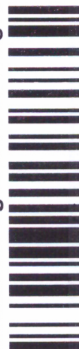




ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 0003137
Data: 19/12/2016 Horário: 11:24

Legislativo -

Projeto de Lei nº: _____/2016

Estabelece normas de
segurança para o uso de
piscinas coletivas e públicas no
Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA:

Art. 1º - As normas de segurança para o uso de piscinas no Estado são as estabelecidas nesta lei.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, considera-se destinada ao banho e a prática de esportes aquáticos, coberta e descoberta, edificada ou não, utilizada para a atividade de recreação, competição e afins.

1. Conforme o uso, considera-se:

I - Piscina de uso comum a piscina de uso coletivo, localizada nas dependências de entidade pública ou privada;

II – Piscina para uso coletivo.

2. É excluída do conceito de piscina de uso comum a piscina utilizada exclusivamente por seus proprietários e por pessoas de suas relações.

Art. 3º - As piscinas de uso coletivo e de uso comum devem ser dotadas dos seguintes equipamentos de segurança:

I – Grades, cercas ou similares que assegurem o isolamento do tanque em relação à área de circulação dos usuários e que sejam produzidas em material transparente, de forma que o recinto da piscina seja visível do exterior, nos termos do regulamento.





ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

II – Dispositivo de segurança que interrompa o processo de sucção de água instalado em local fácil e rápido alcance e sinalizado;

III – Placa de advertência próxima à piscina contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) A profundidade da piscina;
- b) As condições para o mergulho ou a proibição deste, caso seja preferível;
- c) A advertência de que menores de doze anos deverão estar acompanhados por responsável;

Art. 4º - As piscinas públicas e coletivas, quando em funcionamento, devem estar sob a vigilância de salva-vidas, credenciados por órgão competente e devidamente treinados, nos termos do regulamento.

Parágrafo único: - O salva-vidas a que se refere o “caput” deste artigo deverá dispor, no mínimo, dos seguintes equipamentos necessários aos primeiros socorros:

- I – Hastes longas;
- II – Boias unidas por cordas;
- III – Cilindros de oxigênio com capacidade mínima de 1,5³ (um virgula cinco metros cúbicos);
- IV - Nanômetro com válvula redutora de fluxômetro;
- V – Sistema capaz de proporcionar assistência ventiladora assistida ou controlada e constituída de bolsa com capacidade mínima de três litros;
- VI – Válvula sem reinalação e máscara nos tamanhos pequeno, médio e grande;
- VII – Cânula oro-faríngea nos tamanhos pequeno, médio e grande;
- VIII – Aparelho portátil para respiração artificial;
- IX – Sala de primeiros socorros com maca;
- X – Cadeiras de observação com altura mínima de assento de 1,80m (um metro e oitenta centímetros), na proporção de uma para 600m² (seiscentos metros quadrados) de superfície da água;

Art. 5º O cuidado com a integridade física dos usuários de piscinas é de responsabilidade compartilhada, cabendo aos usuários:

- I – Zelar para a manutenção de comportamento responsável e defensivo na piscina;



ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

II – Respeitar e fazer respeitar a sinalização de advertência e as normas de segurança na piscina;

Art. 6º - Os fornecedores de piscinas, nos termos do art. 8º, “caput” e parágrafo único, e do art. 9º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – devem informar os riscos que seu produto oferece aos consumidores, se utilizando sem as devidas precauções de segurança.

Art. 7º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o responsável pelo estabelecimento onde se situa a piscina ao pagamento de multa pecuniária no valor de 2.000 UPFAL (duas mil Unidades Padrão Fiscal do Estado de Alagoas).

Parágrafo Único – Em caso de reincidência, a piscina será interditada até a doação das medias de segurança do que se trata a lei.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

SALA DAS SESSOES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 19 de Dezembro de 2016.

Ronaldo Medeiros
DEPUTADO ESTADUAL



ESTADO DE ALAGOAS
Assembleia Legislativa Estadual
Gabinete do Deputado Ronaldo Medeiros

JUSTIFICATIVA

O projeto em questão visa aumentar as medidas de segurança adotadas nas piscinas, prevenindo acidentes e minorando suas consequências, no caso de ocorrerem. Ele encontra respaldo no art. 24, XII, da Constituição da República, segundo o qual compete à união e aos Estados legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde.

Acidentes em piscinas podem ser evitados se houver uma constante supervisão das atividades nela realizadas e uma permanente manutenção dos equipamentos de resgate ou de salvamento estacionados perto delas. Um bom trabalho inicial de resgate e ressuscitação pode evitar maiores danos à saúde que os usuários de piscinas possam, porventura, sofrerem.

Tais acidentes, segundo os estudos e estatísticas realizadas, ocorrem por ausência de regulamentação desse setor que objetive a prevenção de acidentes por mergulho, afogamentos, quedas entre outros.

Em função do exposto, solicitamos aos nobres pares o necessário apoio para fazer prosperar este projeto de lei.

Maceió 19 de Dezembro de 2016.

Ronaldo Medeiros
DEPUTADO ESTADUAL